

SEMANA DE COMBATE À POBREZA

Debate sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com a Participação da Sociedade Civil

23 de Outubro 2006

Intervenção do PNUD, pela Directora, Dra Gita Honwana Welch

1. A Semana de Combate À Pobreza: Espaço Para Um Diálogo Consequente

Faz hoje precisamente uma semana que o sistema das Nações Unidas em Angola iniciou, em parceria com o Governo a Semana Internacional de Combate à Pobreza. Iniciámos a Semana com a comemoração do dia Mundial da Alimentação, a 16 de Outubro em acção conjunta com o Ministério da Agricultura. Nesta mesma sala, assinalamos a 17 de Outubro o Dia Internacional de Combate à Pobreza, com o lançamento oficial, por Sua Excelência a Ministra do Planeamento, do segundo Relatório de Angola sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Alguns de vós tiveram a oportunidade de participar no animado debate que se seguiu, sobre a luta contra a pobreza em Angola, com base em apresentações dos Ministérios do Planeamento, Agricultura, Saúde e Justiça. A Semana inclui ainda a publicação de artigos na imprensa, uma exposição documental, debates, entrevistas, apresentações em Universidades e várias iniciativas em algumas Províncias. Tudo isto subordinado ao tema do combate à pobreza em Angola.

Hoje damos continuidade à Semana devotando algum tempo à interacção com as organizações da sociedade civil, sobre a problemática da pobreza em Angola.

Não é demais lembrar a razão pela qual esta interacção é fundamental.

2. A Sociedade Civil: Um Parceiro Incontornável de Desenvolvimento

Nos países em desenvolvimento, grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza. Quer se organize em ONGs formais, em organizações comunitárias ou religiosas, em associações de ajuda mútua ou profissionais, ou simplesmente em agregados familiares, esta camada populacional parte da sociedade civil, tem incontestavelmente o interesse mais imediato, no fim da pobreza. Por isso, um combate eficaz à pobreza, passa pela parceria com a sociedade civil.

A questão é pois, como assegurar e fortalecer tão importante parceria?

As Nações Unidas têm-se debatido com a questão de como melhor activar a parceria entre a Organização e a sociedade civil, para assegurar resultados concretos e uma maior eficiência no trabalho das suas várias Agências Especializadas, Fundos e Programas na luta contra a pobreza em prol de um desenvolvimento sustentável. Segundo afirma o Secretário Geral 'A relação entre a ONU e as ONGs é tão antiga quanto a própria Carta das Nações Unidas. Contudo, o sistema que facilite a inter-acção entre a ONU e as organizações não governamentais, necessita de ser fortalecido.'¹

No ano de 2003 o Secretário Geral das Nações Unidas encomendou um estudo sobre como melhorar a parceria entre a ONU e as ONGs. O estudo, feito por um painel de personalidades eminentes, liderado pelo ex- Presidente Brasileiro Fernando Henrique Cardoso, resultou numa série de recomendações ao Secretário Geral tornadas públicas em Junho de 2004.

Nomeadamente o estudo reconhece a importância de a ONU trabalhar de mais perto com organizações da sociedade civil como forma de fazer a ponte entre uma perspectiva parcial e generalizada do desenvolvimento, para uma perspectiva mais abrangente e mais localizada, em cada país. De acordo com o Relatório 'Cardoso', as organizações não governamentais ajudam a preencher esta lacuna pois que elas

¹ Relatório do Secretário Geral sobre o Relatório do Painel de Personalidades Eminentíssimas (Relatório Cardoso)

representam perspectivas variadas da sociedade civil sobre virtualmente todos os sectores e aos vários níveis: desde o micro crédito, à igualdade de género e direitos humanos; desde as necessidades básicas da população na luta contra o HIV SIDA, à problemática da justiça, educação e à sustentabilidade ambiental; desde o nível de Comuna, à Província e ao nível nacional, regional e global. Nesta perspectiva, a parceria com ONGs, tanto quanto com o Governo e o sector privado é incontornável, para se atingirem os ODMs, em qualquer latitude.

É nosso ardente desejo que esta semana de diálogo, troca de idéias e atenção às várias perspectivas e sensibilidades, esteja a contribuir para se estabelecer um espaço de diálogo que leve ao fortalecimento destas parcerias de importância inquestionável.

O Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento está apostado em fortalecer a sua parceria com o Governo de Angola, que é quem traça as estratégias do desenvolvimento nacional. Outrossim, o PNUD tem-se engajado de forma decisiva no fortalecimento de uma parceria com o Parlamento, que “é quem aprova o quadro legal para a implementação das estratégias. Do mesmo modo, empenhamo-nos recentemente em estreitar relações de colaboração com as Universidades e outros sectores de ensino, forja das futuras gerações de técnicos intelectuais e líderes.

Dentro desta abordagem, queremos hoje ressaltar o nosso igual empenho em fortalecer o nosso apoio e parcerias com a sociedade civil, aqueles a quem as estratégias, políticas e programas de desenvolvimento devem ser dirigidos. Aqueles que são também, actores de desenvolvimento, com um interesse primordial em que a pobreza tenha os seus dias contados em Angola.

3. A Declaração e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Compromisso Universal

Em Setembro de 2000, durante a Cimeira das Nações Unidas em Nova Iorque, líderes mundiais de 191 nações (dentre as quais Angola), adoptaram a Declaração do Milénio, comprometendo-se a dispender esforços redobrados, para a redução da pobreza, a melhoria das condições de saúde, a promoção da paz, dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental. Esta Declaração representa também um compromisso firme que os países assumiram para com os seus cidadãos, especialmente os pobres, destituídos e discriminados. Nela os Chefes de Estado e Governo afirmam: ‘Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos actualmente mais de 1 bilião de seres humanos (uma em cada seis pessoas, no mundo). Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência. Em consequência, decidimos criar condições propicias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.’

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) emergem desta Declaração e constituem metas quantitativas, específicas e temporais, a partir das quais deveria ser possível um acompanhamento sistemático do progresso que cada país está a fazer na realização do compromisso assumido na Declaração do Milénio.

Os Objectivos prevêem diminuir para metade o número de pessoas que em cada país vivem em pobreza extrema e passam fome; atingir a escolaridade primária universal para todas as crianças, atingir a igualdade de género; reduzir em dois terços a mortalidade infantil e em três quartos a mortalidade materna; reverter o crescimento da pandemia do HIV/SIDA e reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável.

Estas metas deverão ser atingidas no ano 2015, em relação à linha de base da situação que existia no ano de 1990. A questão que se coloca é a seguinte: Por que é que a pobreza continua a aumentar no mundo quando a economia global está a atingir níveis de crescimento sem precedentes?

As razões são normalmente contextuais mas há duas razões comuns a muitos países: (i) insuficiente investimento em serviços sociais básicos, e (ii) intervenções públicas que frequentemente ignoram a importância de uma abordagem multi-sectorial simultânea.

De acordo com estudos das Nações Unidas, os países deveriam devotar pelo menos 20% dos seus orçamentos a um pacote de serviços básicos. A experiência mostra que uma vez que se proporcione um acesso a um pacote integrado de serviços básicos de qualidade a todos os pobres, o progresso social pode ser acelerado dramaticamente e o crescimento económico pode ser mais sustentável e equitativo. Mas em

vez de 20% a maioria dos países pobres devota um máximo de apenas 12% aos serviços sociais básicos. Muitos países devotam muito menos do que 12%.

Na perspectiva do PNUD, a apropriação nacional do processo, (tanto por parte dos Governos como da sociedade civil e das comunidades) é essencial para se atingir os ODM. Esta apropriação far-se-á através de parcerias cada vez mais fortes entre o governo, a sociedade civil e o sector privado nacional.

Os ODM não se concretizarão a partir de uma abordagem normal do desenvolvimento. O ritmo de progresso tem de ser drasticamente acelerado, apoiado por iniciativas conducentes à boa governação, transparência e inclusão, descentralização e desconcentração do poder, maior equidade na distribuição da riqueza, capacitação de recursos humanos e igualdade de género. Isto implica que os países devem adoptar planos de desenvolvimento muito mais ambiciosos a partir da aplicação de um novo princípio segundo o qual os governos e os parceiros internacionais devem calcular que recursos são necessários para atingir os ODM em vez de permitirem que o ritmo de desenvolvimento seja determinado pelos recursos limitados a que os países têm acesso. Por isso, exige-se também aos parceiros internacionais o aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, de acordo com compromissos feitos nesse sentido.²

4. Um Enquadramento Único para O Pacto de Desenvolvimento do Milénio

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do PNUD de 2003 apresentou o “Pacto de Desenvolvimento do Milénio”, um plano de acção destinado, sobretudo, a apoiar os países de prioridade MÁXIMA E ALTA (países que conjugam desenvolvimento humano baixo com fraco desempenho em relação aos ODMs³).

Para conseguirem um crescimento sustentável estes países têm de atingir limiares básicos em várias áreas fundamentais: governação, saúde, educação, infra-estruturas e acesso a mercados. Se um país ficar abaixo do limiar básico em qualquer destas áreas, pode ver perpetuado o seu ciclo de pobreza”.

Este Pacto apresenta 6 conjuntos de políticas que podem ajudar os países a assegurar o desenvolvimento humano e crescimento sustentável e desta forma livrar-se da “armadilha da pobreza”. São eles:

- Investir decisivamente e a partir de logo na educação básica e na saúde, estimulando ao mesmo tempo a igualdade de género. Estas são condições prévias do crescimento económico sustentável. O crescimento, por sua vez, pode gerar emprego e aumentar o rendimento, realimentando mais ganhos na educação e na saúde;
- Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores nas áreas rurais, altamente dependentes da agricultura;
- Melhorar as infra-estruturas básicas (como estradas, portos, electricidade e comunicações) visando a redução dos custos associados ao comércio e a eliminação das barreiras geográficas;
- Intensificar uma política de desenvolvimento industrial que alimente a iniciativa empresarial e ajude a diversificar a economia, afastando-a da dependência das exportações de matéria prima e atribuindo um papel activo às pequenas e médias empresas;
- Promover a governação democrática e os direitos humanos para eliminar a discriminação, assegurar a justiça social e promover o bem-estar de todas as pessoas;
- Assegurar a sustentabilidade ambiental e uma gestão urbana sã de modo que as melhorias do desenvolvimento sejam de longo prazo;

Estes conjuntos de políticas baseiam-se no argumento de que para a economia funcionar melhor, outras áreas precisam ser elevadas para primeiro plano. Por exemplo, não é possível reduzir a dependência da economia da exportação de matérias primas, se a força de trabalho não puder ser empregue na indústria por falta de qualificações adequadas.

Existe hoje um amplo consenso sobre a necessidade de haver um único enquadramento para coordenar os esforços de desenvolvimento que deverá estar baseado em estratégias de desenvolvimento nacionais e em programas de investimentos públicos. No caso dos países de baixo rendimento, esse enquadramento é realizado através das Estratégias de Redução da Pobreza, no caso de Angola a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP);

² Conferência Sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, Monterrey, 2002, entre outros compromissos.

³ Angola está enquadrada neste grupo.

A partir deste enquadramento único, estas estratégias têm a vantagem de permitir uma abordagem mais sistemática dos desafios dos ODM, criando um espaço para um diagnóstico compreensivo e integrado sobre o que é necessário e quais os custos para se alcançar os ODM.

Este diagnóstico deverá avaliar os hiatos, em termos de recursos e reformas políticas necessárias para o alcance dos ODM, congregando num só exercício iniciativas que podem ser adoptadas, como a mobilização de recursos fiscais internos, a reorientação da despesa pública para serviços básicos, o recurso à experiência e financiamento privados e a introdução de reformas na governação económica.

Para finalizar, gostaria de reiterar, em nome do PNUD e em meu nome pessoal, o firme compromisso do PNUD de continuar a colaborar tanto com o Governo como com a Sociedade Civil, o sector privado e a comunidade de doadores, para que no quadro do desenvolvimento de uma parceria estratégica, todos os esforços sejam envidados para o alcance em 2015 das Metas de Desenvolvimento do Milénio.

Muito Obrigada.

Referências bibliográficas:

PNUD 2003 *"Relatório de Desenvolvimento Humano 2003 - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana"*

UN System in Angola, 2002 *"Angola - the Post-war challenges: Common Country Assessment"*.

GURN 2005. *Estratégia de Combate à Pobreza*.

GURN 2004. *Programa Geral do Governo, 2005-2006*

GURN/NU, 2003 *"Angola - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2003"*.

GURN/NU, 2005 *"Angola - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2005 (Versão Sumária)"*.

UNDP 2005 *"Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano: Construindo uma Paz Social em Angola"*.